

A RESPONSABILIDADE SOCIAL ENQUANTO MECANISMO DE DESPOLITIZAÇÃO DA POLÍTICA SOCIAL

Ana Aparecida Morais de Oliveira¹

Miguel Rodrigues Netto²

RESUMO

Esse artigo objetiva discutir a Responsabilidade Social – RS e sua ligação estreita com a despoliticização da Política Social, considerando ser a RS parte do ideário neoliberal. Baseando-se em Behring e Boschetti (2008) e Potyara (2009) Esping-Andersen (1991), dentre outros; far-se-á inicialmente uma abordagem sobre a Política Social e sua relação com as contradições do sistema capitalista visando a ampliação de direitos sociais. Com base em Montañó (2003), Beghin (2005) e outros autores apresentaremos ainda a Responsabilidade Social e suas características baseadas no ajuste Neoliberal como ferramenta útil à despoliticização da Política Social.

Palavras-Chave: Neoliberalismo, Política Social, Responsabilidade Social.

ABSTRACT

This article discusses the Social Responsibility - RS and its close link with the depoliticization of Social Policy, RS considering being a part of the neoliberal ideals. Based on Behring and Boschetti (2008) and Potyara (2009) Esping-Andersen (1991), among other far-will be a first approach to social policy and its relationship with the contradictions of the capitalist system aiming to expand rights social. Based on Montañó (2003), Beghin (2005) and other authors, we present also the social responsibility and their characteristics based on Neoliberal adjustment as a useful tool for depoliticization of social policy.

Keywords: Neoliberalism, Social Policy, Social Responsibility.

1. Introdução

Ao propor-se uma discussão sobre Responsabilidade Social – RS, com perspectiva de desvelar as características que a recobrem com uma roupagem de coparticipação na realização da cidadania e sim mostrar sua face mercadológica e útil a despoliticização da Política Social, faz-se

¹ Mestre em Política Social, Contadora, Técnica Administrativa da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Pesquisadora do Grupo Trabalho e Sociabilidade da UFMT. ana.kamana@hotmail.com

² Mestre em Política Social, Jornalista, Técnico Universitário da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Pesquisador do Grupo Trabalho e Sociabilidade da UFMT. miguel.rodrigues@seduc.mt.gov.br

necessário demonstrar o que vem a ser a Política Social, sua importância, formas próprias em momentos históricos distintos e seu papel que embora não seja o de revolucionar o sistema capitalista, busca ampliar o acesso à riqueza produzida. Isso se dá por meio da luta de classes, as quais conseguem, conforme a correlação de forças, reconhecer, normatizar e garantir direitos aos cidadãos, através da ação legítima do Estado.

Nesse sentido, a fim de uma melhor compreensão sobre o que vem a ser e como se manifesta a Política Social, será apresentado uma imersão nos acontecimentos históricos desde as primeiras ações e leis no período do Capitalismo Inicial, ou seja, as protoformas da Política Social, passando pela fase do Capitalismo Maduro, detendo-se um pouco mais no período dos 'Anos Gloriosos', nos quais a despeito das diferenciações e semelhanças do 'Estado-Providência, Welfare State, Modelo Keynesiano-Fordista, foi o período marcado pela presença da política social em sua forma mais ampla como resposta ao enfrentamento da questão social.

Por fim será trazido esse momento nebuloso de crise longa que tem enfrentado o capitalismo e que as postulações neoliberais não deram conta de dar respostas quanto ao crescimento e apresentaram como saída para a crise à redução dos gastos com a Política Social, sem contato, vencê-la.

É nesse contexto de redução de direitos sociais, voltado para a responsabilização individual como parte do receituário neoliberal, que discursos como o da Responsabilidade Social têm encontrado terreno fértil para se propagarem e servirem aos interesses do capital e não da redução da desigualdade ou da ampliação de direitos.

Ao contrário disso, a sociedade civil está sendo levada a fazer parte dessas proposições que passam pela ideia de voluntariado, com forte apelo moral, por meio de ações do Terceiro Setor, do Governo e principalmente das empresas que tem seus 'projetos sociais' revertidos em mais lucros, quer seja pela redução de despesas ou pelo aumento das receitas, o que contabilmente falando, se efetiva por trabalho não pago dos empregados voluntários, dentre outras reduções e pelo aumento das vendas de produtos de empresas 'socialmente responsáveis'.

2. Política Social e Contradições Capitalistas

Apresentar um conceito ou a transformação histórica da Política Social torna-se com certeza uma árdua tarefa, considerando ser esta um processo que se realiza em resposta às contradições do Modo de Produção Capitalista – MPC.

Nesse sentido, Netto & Braz (2008) bem nos fazem compreender as contradições do MPC:

1ª a contradição entre a *progressiva racionalidade* que organiza a produção nas empresas [...] e a *irracionalidade do conjunto da produção capitalista* [...]; 2ª a contradição ente a necessária ação de cada capitalista para *maximizar seus lucros* e o resultado dessa ação, *a queda da taxa de lucro*; 3º o crescimento da produção de mercadorias sem um correspondente crescimento da capacidade aquisitiva (a “demanda solvável”) das massas trabalhadoras [...]. (NETTO & BRAZ 2008: 163-164).

Ademais disso os autores nos apresentam aquela que seria a ‘contradição central’ ou da própria gênese do Capitalismo: “a contradição entre a *produção socializada* e a *apropriação privada*” (NETTO & BRAZ , 2008: 167).

Engels (2008) em “A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra”, retrata a face do MPC para o trabalhador em suas condições extremas de miséria, desalentadoras, desanimadoras na qual a esperança de vida com dignidade é quase nula, restando no máximo a opção de sobreviver. O autor nos apresenta que a luta, a resistência contra os efeitos nefastos do MPC, às condições desse sistema em evolução é um retrato do que ele chamou de “*guerra social*” e seu espanto em relação a tudo isso, pode ser evidenciado, conforme segue:

Em todas as partes, indiferença bárbara e grosseiro egoísmo de um lado e de outro, miséria indescritível; em todas as partes, a guerra social: a casa de cada um em estado de sítio; por todos os lados, pilhagem recíproca sob a proteção da lei; e tudo isso tão despudorada e abertamente que ficamos assombrados diante das consequências das nossas condições sociais [...]. (ENGELS, 2008:68-69)

A Inglaterra por vezes é considerada o berço do Capitalismo, por meio da Revolução Industrial e é nela, mas não somente nela, que foram se apresentando as dificuldades de solução para as contradições capitalistas evidenciadas acima. Pode-se dizer que a situação mostrada por Engels se realiza em todos os Estados onde o MPC encontrou acolhida, e isso nos diversos momentos da História desde o seu nascimento até o tempo de Neoliberalismo dos nossos dias. Isso ocorre por ser a situação da classe trabalhadora o retrato sem retoque da perversidade desse sistema.

Nesse sentido, alguns outros eventos da História, merecem destaque como nascedouro do Capitalismo, ou seja, a formação dos Estados-Nações e as revoluções burguesas, especialmente a Revolução Francesa.

Importante se faz o destaque da figura do Estado³, nesse novo momento, por ser esse o legitimador do MPC, seja pelo uso da norma formal (legislações) ou uso da força. E sendo o mesmo o espaço possível para a realização das demandas oriundas dos conflitos de classe, conforme a correlação de forças, necessário se faz que a luta, seja travada, tal qual bem mostrou Engels, como uma “*guerra social*”.

Para melhor entendimento, destacamos mais um trecho de Engels (2008): (usar em pobreza ou condições de trabalho)

Na escala em que, nessa guerra social, as armas de combate são o capital, a propriedade direta ou indireta dos meios de subsistência e dos meios de produção, é óbvio que todos os ônus de uma tal situação recaem sobre o pobre.[...] lançado esse turbilhão caótico, ele deve sobreviver como puder. Se tem a sorte de encontrar trabalho, isto é, se a burguesia lhe faz o favor de enriquecer à sua custa, espera-o um salário apenas suficiente para o manter vivo; se não encontrar trabalho e não temer a polícia, pode roubar; pode ainda morrer de fome, caso em que a polícia tomará cuidado para que a morte seja silenciosa para não chocar a burguesia. (ENGELS, 2008: 69)

O cenário histórico que marca o advento do capitalismo e a sequência de lutas e resistência por parte da classe trabalhadora ante a subsunção do trabalho ao capital, exteriorizada e sentida pelo trabalhador na sua condição precária de sobrevivência, nos remete ao que autores nos apresentam como questão social.

Netto & Braz nos mostram que a questão social é fruto da vigência da lei geral da acumulação capitalista, da qual fazem parte alguns elementos essenciais como o exército de reserva, a polarização entre riqueza exacerbada para o capitalista e pobreza extrema para o trabalhador. Ademais nos chamam a atenção de que não há de se falar em “nova questão social”; admitem que a questão social pode assumir novas dimensões e expressões, mas permanece a mesma, tendo em vista ser o resultado da lei geral de acumulação. (NETTO & BRAZ, 2008:139).

Bhering & Boschetti (2008), nos trazem sobre a questão social:

[...] sua gênese esta na maneira com que os homens se organizam para produzir num determinado momento histórico, como vimos, o da constituição das relações sociais capitalistas – e quem tem continuidade na esfera da reprodução social. [...] sendo a questão social uma inflexão desse processo, trata-se da produção e reprodução – movimentos inseparáveis da totalidade concreta – de condições de vida, de cultura e de produção da riqueza. (BHERING & BOSCHETTI, 2008: 52)

³ A respeito da legitimidade do Estado tem-se: o Estado-que é separado da economia, embora intervenha nela – pode aparentemente pertencer (por meio do sufrágio universal) a todos, apropriador e produtor, sem que se usurpe o poder de exploração do apropriador. (WOOD, 2003:43)

Reafirmando que não houve uma mudança desde o advento do capitalismo até os nossos dias no tocante a questão social, Pastorini (2010) nos traz que a “questão social” contemporânea nas sociedades capitalistas mantém a característica de ser uma expressão das contradições presentes nas relações entre as classes, e entre estas e o Estado.

Compartilha esse pensamento, Iamamoto (2010):

O capital internacionalizado produz a concentração da riqueza, em um pólo social (que é, também, espacial) e, noutro, a polarização da pobreza e da miséria, potenciando exponencialmente a lei geral da acumulação capitalista, em que se sustenta a questão social. (IAMAMOTO, 2010: 111)

É fato que a Política Social seja considerada um processo em resposta à questão social, fruto das contradições do MPC. Entretanto, Potyara (2009), Bhering & Boschetti (2008), dentre outros autores, nos fazem estar atentos que antes desse momento histórico, pôde ser evidenciado as protoformas da Política Social, particularmente na Inglaterra, num período que antecedeu a Revolução Industrial, iniciando com a Lei dos Pobres no século XIV; Estatuto dos Trabalhadores (1349); Estatuto dos Artesãos (1563); Lei dos Pobres Elisabetanas (1531 e 1601); Lei de Domicílio (1662); Speenhamland Act (1795); Lei Revisora das Leis dos Pobres ou Nova Lei dos Pobres (1834)⁴.

Essas intervenções por parte do Estado na tentativa de controle da ‘vagabundagem’, tinham muito mais um caráter punitivo do que protetor, fazendo uma distinção entre pobres que mereciam ser assistidos e os que não mereciam, sendo esses últimos levados a aceitarem um regime de trabalho forçado em troca de sua subsistência. E tudo isso não sem serem submetidos à crueldades, na busca da manutenção da nova ordem que se estabelecia. Tal crueldade nos é bem apresentada por Marx (1984:275) apud Potyara (2009:63) quando nos mostram que aqueles apanhados em vadiagem eram açoitados, torturados, devolvidos à sua terra natal, forçados a trabalhar e em último caso, quando houvesse três reincidências eram executados.

3. Welfare State e a Realização Efetiva da Política Social

⁴ BHERING & BOSCHETTI (2008:47-48)

Faremos uma breve consideração sobre o período do Welfare State, como um período em que a resposta à questão social foi evidenciada com o atendimento às necessidades sociais acentuadas pelo desenvolvimento capitalista.

Destaca-se para a implementação do Welfare State o modelo taylorista/fordista de organização do trabalho e importantes condições, tais como: resultados econômicos com elevadas taxas de lucro, inspiração keynesiana para a intervenção do Estado, altas taxas de crescimento, crítica e questionamentos à ordem burguesa, fortalecimento da classe trabalhadora e legitimidade dos sindicatos.

Ademais, tem-se a atuação decisiva da União Soviética contra o fascismo e outros países que foram libertos da ocupação nazista, os quais tiveram a coragem de se disporem a uma experiência socialista.

Sobre o Welfare State, destacamos:

Este modelo de proteção social estava pautado na intervenção estatal e crescimento econômico e se assentava num pacto de classes. Houve neste contexto um fortalecimento do movimento operário, que passou a ocupar espaços políticos importantes, obrigando à burguesia a “entregar os anéis para não perder os dedos”, como também uma alternativa de outro projeto societário como o movimento socialista, no início do século XX, sobretudo, na União Soviética (REIS 2009:11).

A professora Pereira, também nos traz:

O Welfare State é basicamente uma instituição do século XX, caracterizada por um tipo de relação entre Estado e sociedade, antes inexistente, regida por princípios que, fazendo jus às reivindicações sociais da época, inspiraram os seguintes objetivos e políticas: extensão dos direitos sociais, oferta universal de serviços sociais, preocupação com pleno emprego (PEREIRA 2009:87/88).

Em Esping-Andersen (1991) tem-se a discussão sobre não haver um único tipo do Welfare State. O autor nos apresenta três tipos, sendo um caracterizado como liberal; outro tendo base no modelo bismarckiano e o terceiro fundamentado no modelo beveridgiano.

O primeiro modelo apresenta, entre outras, as seguintes características: políticas focalizadas de assistência; planos modestos de previdência; benefícios restritos a população de baixa renda; critérios rigorosos para acesso aos benefícios.

O modelo bismarckiano identifica-se como sistema de seguros semelhantes aos privados; os benefícios cobrem os trabalhadores contribuintes e suas famílias e o acesso é condicionado a

uma contribuição direta anterior. Isso implica dizer que é modelo contributivo, corporativo e não universal.

O terceiro e último tipo de inspiração beveridgiana no qual os benefícios são desmercadorizantes e universalistas, todas as camadas são incorporadas a um sistema universal de seguros e a responsabilidade estatal na manutenção de vida dos cidadãos.

É consenso entre a maioria dos autores que esse último tipo foi o que mais avançou no sentido da garantia de políticas sociais universais como quesito essencial da Política Social.

Embora não haja um só modelo de Welfare State, o fato é que o período de expansão capitalista pós Segunda Guerra Mundial, tem como marco a intervenção estatal na regulação econômica e social, o que permitiu um avanço na realização efetiva das políticas sociais, notoriamente verificados pelo aumento do orçamento social nos países que vivenciaram essa experiência.

4. Responsabilidade Social e Despolitização da Política Social – Retrocesso em Tempos de Neoliberalismo

A Responsabilidade Social Empresarial – RSE, por vezes pode ser entendida como a produção voltada para o desenvolvimento sustentável, sendo a mesma uma forma das empresas conduzirem seus negócios de modo a garantir a sobrevivência dos recursos naturais para as gerações futuras, a despeito de que sejam elas mesmas que continuem conduzindo ou gerenciando o uso desses recursos na busca de lucros.

Baseando-nos em Tinoco (2004), consideram-se os anos de 1950, como propulsor das questões relacionadas à RSE, quando se evidenciou nos Estados Unidos e Europa às preocupações dos trabalhadores como ponto essencial para levar às empresas a pensarem nas questões de melhoria social e não somente na maximização dos lucros de forma inconsequente.

Martinelli (1997) evidencia que a responsabilidade social acrescenta às empresas ganhos consideráveis tais como: valor agregado à imagem da empresa; consciência coletiva interna da participação em causas sociais; formação de novos líderes e maximização dos recursos disponíveis na empresa.

Teodósio (2001), por sua vez, afirma que as vantagens encontradas pelas organizações privadas ao desenvolverem práticas sociais abrangem: aumento na produtividade e competitividade, melhoria na imagem institucional junto à comunidade e no relacionamento cliente-empresa.

Sobre a Responsabilidade Social, temos:

Responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais. [...] As enormes carências e desigualdades existentes no país, aliadas às deficiências crônicas do Estado no atendimento das demandas sociais, conferem maior relevância à responsabilidade social empresarial (RSE). (INSTITUTO ETHOS)

Em Lima:

O que ocorre é que as organizações privadas, visando à sua sobrevivência e desenvolvimento num mundo a cada momento mais competitivo e aberto, entendem que, longe do “bom-mocismo”, a “bondade” tem um grande potencial de gerar lucros. Nesse sentido, a perseguição do lucro continuará sendo um dos seus objetivos maiores; [...] e, num futuro próximo, elas não poderão optar por lucro pré ou pós-responsabilidade social. (LIMA, 2002:109)

É necessário entender que o discurso da RS tem tomado conta de todos os espaços sociais, e isso se deve, entre outras coisas, a três fatores principais: legislação, mídia e educação. A atuação do Estado legitimando as certificações já criadas, como os ISO⁵, e algumas criadas por leis federais ou estaduais.

Nesse sentido, Beghin, também nos apresenta uma discussão em que a RS não passa de um novo formato da filantropia empresarial, com ensejo de revestindo-se de um discurso mais acurado, mostrar um capital brando, como se estivesse preocupado com o todo.

A autora nos traz:

Nesse sentido, a análise neoliberal da miséria, como o fora a liberal, tenta esvaziá-la de sua dimensão política, interpretando-a como um problema moral. Assim, as intervenções tentam desativar potenciais antagonismos decorrentes da pobreza, de modo a “geri-la” [...] A chave para resolver o encontro entre a miséria e a ordem é a filantropia. (BEGHIN 2005:15)

⁵ International Organization for Standardization – ISO de Responsabilidade Social, que consiste numa série de normas desenvolvidas pela e que estabelecem diretrizes sobre a área de gestão ambiental dentro de empresas.

Em tempos de Neoliberalismo, apresentam-se respostas como a atuação do Terceiro Setor e as ações enquadradas como de Responsabilidade Social como alternativas de enfrentamento da questão social e da efetivação de direitos.

Nessa perspectiva, a questão social:

Condensa a banalização do humano, que atesta a radicalidade da alienação e a invisibilidade do trabalho social – e dos sujeitos que o realizam – na era do capital fetiche. A subordinação da sociabilidade humana às coisas [...] retrata, na contemporaneidade, um desenvolvimento econômico que se traduz como barbárie social. (IAMAMOTO, 2008:125)

Apoiando-se em Netto & Braz (2008), temos o Neoliberalismo como uma ideologia com pressupostos baseados na redução do Estado, basicamente em cortes de gastos com o social, na desregulamentação financeira e rompimento das barreiras geopolíticas, na responsabilização da sociedade civil ao atendimento das necessidades sociais. Como bem mostram esses autores a retirada do Estado, com base no discurso de sua ineficiência é um campo perfeito para a ação livre do capitalista na busca de lucros, por meio da financeirização⁶ do capital. O marco temporal-histórico do advento do Neoliberalismo é a década de 1970 ou o segundo pós-guerra os países do capitalismo central e final da década de 1980 para a maioria dos países periféricos, as diretrizes dessa ideologia estão cunhadas no Consenso de Washington⁷ e as consequências nefastas dos mesmos expressos no retrocesso das políticas sociais conquistadas no Welfare State, voltando essas a serem focalizadas, mercadorizadas e incipientes, afastando-se cada vez do objetivo de universalização da Política Social.

O Brasil que desde sua formação histórica pautou-se por uma política do favor e clientelismo e que não experimentou um Estado de Bem Estar Social, como ocorreu na Europa, e que talvez fosse experimentar essa realidade com a Constituição Federal de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã”, não logrou tão êxito, visto que tão logo foi promulgada, já foi descartada na realidade prática do país, considerando a escolha política dos governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso pela implantação do neoliberalismo no Brasil.

Nesse sentido, Soares (2002) que faz duras críticas aos efeitos perversos da implantação do projeto neoliberal na América Latina e no Brasil analisando o critério renda e nos traz:

⁶ Netto & Braz (2008) nos esclarecem melhor sobre a financeirização do capital a partir da p. 229.

⁷ O referido Consenso proposto no fim dos anos 70 do século 20 caracteriza-se por um conjunto abrangente de regras de condicionalidade aplicadas de forma cada vez mais padronizada aos diversos países e regiões do mundo, para obter apoio político e econômico dos governos centrais e dos organismos internacionais. (SOARES 2002, p.16).

[...] além da mensuração da incidência da pobreza absoluta, torna-se necessário também avaliar quanto a insuficiência de renda – medida pela diferença entre a renda média dos pobres e a linha de pobreza – se altera no tempo. Cabe registrar que ela se amplia nos anos 90, significando que os pobres do “pós-Plano Real” ficaram ainda mais pobres, com uma renda familiar per capita inferior ao período anterior que já era bem baixa. (SOARES, 2002:53)

Os defensores da democracia de mercados⁸ apresentam uma “terceira via”, esta, com todo seu verniz de solidariedade empresarial, terceiro setor, responsabilidade social, dentre outros quesitos, servem ao propósito de despolitizar a questão social, desresponsabilizar o Estado da proteção do trabalhador e de toda a sociedade civil, favorecendo o cenário perfeito para o desmonte dos direitos sociais e ainda premiar o capital com as mais diversas certificações à “beneficência” empresarial.

Para complementar esse parágrafo, destacamos alguns autores, conforme segue:

Realmente, o capitalismo contemporâneo particulariza-se pelo fato de, nele, o capital estar destruindo as regulamentações que lhe foram impostas como resultado das lutas do movimento operário e das camadas trabalhadoras. A desmontagem [...] do Welfare State é o exemplo emblemático da estratégia do capital nos dias correntes, que prioriza a supressão de direitos sociais arduamente conquistados (apresentados como “privilégios” de trabalhadores) e a liquidação das garantias ao trabalho em nome da “flexibilização” já referida (NETTO, 2008:235).

Em Boron, temos:

A avassaladora tendência à mercantilização de direitos e prerrogativas conquistadas pelas classes populares ao longo de mais de um século de luta, convertidos agora em “bens” ou “serviços” adquiríveis no mercado. A saúde, a educação e a seguridade social, por exemplo, deixaram de ser componentes inalienáveis dos direitos de cidadão e se transformaram em simples mercadorias intercambiadas entre “fornecedores” e compradores à margem de toda estipulação política (BORON, 1999:9).

Diante de toda essa situação, o discurso de Responsabilidade Social, já contemplada nas diretrizes do Consenso de Washington que fazia alusão a um “desenvolvimento sustentável”,

⁸ Sobre a democracia de mercados temos: O “novo mundo” que se descortina perante nós “apresenta imensas oportunidades” para avançar no sentido de “consolidar a vitória da democracia e dos mercados abertos” (CHOMSKY, 2007:7).

surge para apresentar a ideia de um capitalismo social, onde a cidadania possa ser alcançada por meio da atuação das empresas, ou da gestão compartilhada, parcerias entre o público e o privado, expressas por vezes, na atuação do terceiro setor.

Sobre as artimanhas do Terceiro Setor e seu real objetivo seguimos com Montaño (2003) que nos apresenta esse fenômeno como parte integrante da ofensiva neoliberal; do desmonte do Welfare State, da desresponsabilização do Estado na resposta à questão social e da responsabilização do indivíduo ou da sociedade civil no atendimento à Política Social.

Somam com Montaño (2003) muitos outros autores quando do desvelamento do Terceiro Setor, ao mostrarem que as diversas instituições que fazem parte do mesmo, sejam associações civis, organizações não governamentais, fundações, dentre outras, por vezes possuem a maior parte dos seus recursos oriundos do financiamento público, quer seja pela redução de tributos, repasse de valores por meio das parcerias público-privado ou financiamento direto a projetos entendidos como voltados à Responsabilidade Social.

Um dos exemplos mais claros disso é a presença das Organizações Sociais – OS, que são privadas no gerenciamento de políticas sociais conquistadas com muita luta, como é o caso da saúde, fazendo com que essa se torne extremamente mercadorizada.

O funcionamento desse tipo de relação serve muito bem ao interesse do capital, pois que o Estado entra com a construção e aporte de equipamentos de grandes hospitais, por exemplo, além de prever considerável quantia de dinheiro para que as OS gerenciem tais hospitais, dinheiro esse conseguido por meio dos tributos na sua maioria indiretos, ou seja, que recaem sobre o trabalhador.

Esse é um exemplo típico, até mesmo simplista, de como os recursos do Fundo Público⁹ tem servido em tempos de Neoliberalismo ao interesse do capital e deixando à mercê da sorte os trabalhadores, a sociedade civil que só servem para pagar a conta, e aceitar e disseminar as ideias que fazem parte da retórica do Terceiro Setor e da Responsabilidade Social, conteúdos esses de grande valia a prevalência da ideologia hegemônica do capital.

Em Montano tem-se:

Desta forma, o que é chamado de “terceiro setor” numa perspectiva crítica e de totalidade, refere-se a um fenômeno real, ao mesmo tempo inserido e produto da reestruturação do capital, pautado nos (ou funcional aos) princípios neoliberais: um novo padrão (nova modalidade, fundamento e responsabilidades) para a função sócia de resposta à “questão social”, seguindo os valores da solidariedade local, da auto-ajuda e da ajuda mútua. (MONTAÑO, 2003:186)

⁹ Para uma melhor compreensão da utilização do Fundo Público e redução de recursos das políticas sociais consultar Bhering e Boschetti (2008:164).

Contrariamente da resposta positiva apresentada no Welfare State à efetivação das políticas sociais, o que pode ser visto em tempos de predomínio da hegemonia neoliberal é a negação de atendimento às mesmas de forma universalizante.

Nesse sentido, as políticas sociais não têm buscado minimizar a polarização entre a parcela ínfima da população que se apropria da riqueza produzida e da maioria em situação de extrema pobreza. Volta-se a prevalência das políticas focalizadas, contributivas e a redução constante do orçamento social com medidas até mesmo repressivas, como no caso da expansão de um 'Estado Penal', criminalizador do trabalhador ao invés de protetor.

4. À Guisa de Conclusões

Esse artigo tem o objetivo de apresentar uma reflexão sobre as ações focadas na redução do Estado em tempos de hegemonia neoliberal, deslocando-o da responsabilidade das políticas públicas e mantendo-o forte nas ações que beneficiam o capital.

Nesse sentido, conhecendo-se o importante papel das políticas públicas como resposta à questão social, consequência das contradições do capitalismo, essa retirada gradual do Estado, reflete-se objetivamente na redução do financiamento da Política Social, com o corte contínuo dos gastos sociais o que se apresenta como um verdadeiro retrocesso à efetivação e universalização dos direitos sociais.

Essa situação teve seu advento na crise dos modelos de bem estar social presente no Welfare State no pós-segunda guerra. Momento esse de grandes conquistas por parte da classe trabalhadora, que logrou algum êxito no atendimento de suas necessidades nessa fase de expansão do capital.

Entretanto, tão logo se apresentou nova crise do capital pela redução da taxa de lucro e taxa do crescimento, o capitalismo se reinventa com imensa voracidade, apropriando-se da maior parte do Fundo Público e desmantelando os direitos sociais, conquistados com luta no período anterior.

Fazem parte dessa nova ofensiva do capital, diversas estratégias, das quais destacamos nesse artigo o advento da Responsabilidade Social Empresarial – RSE.

A RSE, por vezes pode ser entendida como a produção voltada para o desenvolvimento sustentável, sendo a mesma uma forma das empresas conduzirem seus negócios de modo a garantir a sobrevivência dos recursos naturais para as gerações futuras, a despeito de que sejam elas mesmas que continuam conduzindo ou gerenciando o uso desses recursos na busca de lucros.

Entretanto, nenhum desses novos eventos que empurram para a sociedade civil a responsabilidade ao atendimento das necessidades sociais; essa filantropia renovada é capaz de apresentar melhor solução aos problemas sociais impressos na questão social do que o são as políticas sociais, considerando que se essas por vezes compensam as perdas dos trabalhadores, fruto das contradições do próprio sistema capitalista; aquela nem a isso se propõe, antes, permite o retrocesso da naturalização dessas contradições que só poderiam ser combatidas por via da solidariedade ao invés da conquista de direitos.

Referências Bibliográficas

BEGHIN, Nathalie. *A filantropia empresarial nem caridade, nem direito*. São Paulo: Cortez, 2005.

BORGES, Altamiro. *Encruzilhadas do Sindicalismo*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2005.

BORON, Atílio A. *Os “novos Leviatãs” e pólis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina* IN: SADER, Emir, GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-Neoliberalismo II: que Estado para que democracia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

CHOMSKY, Noam. *Democracia e mercados na nova ordem mundial* IN: GENTILI, Pablo (org.). *Globalização Excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*, 2ª ed.; Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Tradução B.A.Schumann; edição José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, 2008.

ESPING-ANDERSEN, G. *As três economias políticas do Welfare State*. Lua Nova, n. 24. São Paulo: Marco Zero/Cedec, set. 1991.

FURASTÉ, Pedro Augusto. *Normas e técnicas para o trabalho científico: explicitação das normas da ABNT*. 15 ed., Porto Alegre: s.n., 2011

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 4 ed., São Paulo: Cortez, 2010.

INSTITUTO ETHOS. *Como as empresas podem implementar programas de voluntariado*. São Paulo, 2001.

LIMA, Marirone Carvalho. *A Responsabilidade Social Empresarial IN: Responsabilidade Social das empresas a contribuição das universidades*. São Paulo: Petrópolis, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 6ª ed. São Paulo: Altas, 2009.

MARTINELLI, Antônio Carlos. *Empresa- Cidadã: uma visão inovadora para uma ação transformadora*. In: IOSCHPE, Evelyn Berg (Org.) *3º Setor: Desenvolvimento social sustentado*. 2ªed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia Política: Uma Introdução Crítica*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PASTORINI, A. *A Categoria “Questão Social” em Debate*. 3 ed., São Paulo-SP: Cortez, 2010.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. *Política Social: Temas e Questões*. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2009.

REIS, Gilson (org.). *Sindicalismo: cenários de um novo tempo*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

SOARES, Laura Tavares. *Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina*. 2ed. São Paulo: Cortez, 2002.

TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Sousa. *Pensar pelo avesso o Terceiro Setor: mitos, dilemas e perspectivas da ação social organizada no Brasil*. In: STENGEL, M. et al. (orgs.) *Políticas públicas de apoio sociofamiliar – curso de Capacitação de Conselheiros Tutelares e Municipais*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2001.

TINOCO, J.E.P. *Balanço Social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações*. São Paulo: Atlas, 2001.

WOOD. Ellen Meiksins. *Democracia Contra Capitalismo a renovação do materialismo histórico*. (tradução Paulo Cezar Castanheira). 1 ed.; São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

www.ethos.org.br – acessado em 14/07/2011 às 11h e 30min.